



## **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO ESCOLAR**

**Ediclaudio dos Santos Batista<sup>1</sup>; Marta Rosa Farias de Almeida Miranda Silva<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação de Jovens e Adultos (PPGMPEJA) Mestrado Profissional – UNEB, Professor Efetivo do Município e Sátiro Dias e Instrutor no Grau Técnico Salvador.

Linha de Pesquisa: Gestão Educacional e Tecnologias da Comunicação  
[edy\\_sd@hotmail.com](mailto:edy_sd@hotmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Educação e Contemporaneidade (Uneb); Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Educação de Jovens e Adultos (PPGEJA).

Grupos de pesquisa em que atua: Núcleo de Educação Popular Paulo Freire-NEP, Uepa, (pesquisador); Sociedade, Conhecimento, Política e Desenvolvimento (Uneb) (pesquisador)  
[mmiranda@uneb.br](mailto:mmiranda@uneb.br)

### **EIXO TEMÁTICO 6: POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO EDUCACIONAL E ESCOLAR NA EJA**

#### **RESUMO**

O presente trabalho analisa a participação da comunidade escolar na elaboração do orçamento público, com foco na Educação de Jovens e Adultos (EJA). O problema da pesquisa reside e tem origem na inquietação do pesquisador, considerando experiências e vivências profissionais e com lastro em estudos, quanto a participação da comunidade escolar na construção do orçamento, o que impacta diretamente a gestão democrática e a efetividade das políticas educacionais. Nesse contexto, o presente artigo, constitui-se parte da Dissertação de Mestrado em curso, no Programa de Pós-graduação em Educação de Jovens e Adultos (PPGEJA), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Linha de Pesquisa: Gestão Educacional e Tecnologias da Comunicação, tem o objetivo de analisar como as decisões orçamentárias influenciam a garantia do direito à educação para jovens, adultos e idosos, buscando, ainda, evidenciar como a participação pode otimizar a transparência, o processo de tomada de decisões e a utilização eficiente dos recursos públicos destinados à EJA. Assim, a investigação parte da seguinte questão: como a participação da comunidade escolar na elaboração do orçamento pode fortalecer a gestão democrática e a efetivação do direito à educação na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA)? A investigação se justifica pela observação de uma participação limitada da comunidade escolar nas decisões orçamentárias, o que gera um distanciamento entre as necessidades da escola e as políticas públicas implementadas.

O referencial teórico está apoiado em autores como Paulo Freire, 2021, que discute a participação como ato pedagógico, (Balestero, 2011) que enfatiza que efetividade da implementação de políticas públicas, suas respectivas estratégias e ações, ocorre apenas



com a integração entre o cidadão e o Poder Público de maneira a fazer com que os planos construídos, sejam executados e, concretamente, gerem benefícios ao cidadão e em documentos legais e técnicos que regem a gestão democrática e o orçamento público no Brasil. A pesquisa ancora-se uma abordagem qualitativa, por meio de revisão bibliográfica e análise documental sistemática sobre a temática. Utiliza o estudo de caso, em uma Escola Municipal, lócus da pesquisa, na cidade de Sátiro Dias-Bahia.

O orçamento público é um instrumento central para a concretização das políticas educacionais, influenciando diretamente a efetividade das ações desenvolvidas. No contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), essa relação é ainda mais sensível, considerando as especificidades dessa modalidade, voltada à garantia do direito à educação para sujeitos historicamente excluídos do sistema formal de ensino. A EJA não deve ser compreendida apenas como uma alternativa compensatória, mas como uma política pública de inclusão social, com potencial emancipador e transformador. Como afirma Arroyo (2006, p. 21), "a finalidade não poderá ser suprir carências de escolarização, mas garantir direitos específicos de um tempo de vida. Garantir direitos dos sujeitos que os vivenciam".

A base teórica da pesquisa fundamenta-se em três eixos principais: a Educação de Jovens e Adultos (EJA), a gestão democrática e a participação social, e o sistema de planejamento orçamentário brasileiro. No que tange à EJA, a pesquisa dialoga, entre outros autores, com Paulo Freire, que concebe a educação como um ato político e dialógico, e Miguel Arroyo, que defende a EJA como um direito e não apenas uma política compensatória. A discussão sobre gestão democrática e participação social se ampara em teóricos como Heloísa Lück (2009), que destaca a importância da autonomia da escola e da participação da comunidade para a eficácia escolar, e em documentos legais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabelece a gestão democrática como um dos princípios do ensino público.

O debate sobre o orçamento participativo é enriquecido com as contribuições de autores como Oliveira (2004), que o define como um instrumento de controle social da gestão pública e Balestero (2011), que aponta o sucesso de sua implementação em diversas cidades brasileiras. A análise dos instrumentos de planejamento orçamentário (PPA, LDO e LOA) se baseia na legislação vigente e em estudos sobre o financiamento da educação no Brasil, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), enquanto principal fonte de financiamento e manutenção da educação básica pública no Brasil.

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso, de natureza qualitativa, em uma Escola Municipal, lócus da pesquisa, na cidade de Sátiro Dias-Bahia. A coleta de dados, em andamento, posto tratar-se de pesquisa em desenvolvimento, será realizada por meio de questionários que buscam aferir como e de que forma a comunidade escolar participa, e se participa, do processo orçamentário, no que tange, especificamente, a alocação dos recursos à EJA na unidade escolar. Realizar-se-á, ainda uma oficina como objetivo aprofundar a discussão sobre o tema e construir coletivamente propostas de ação e, como produto educacional, tem-se um e-book ilustrado e informativo intitulado "Orçamento público: entendendo e participando".

Os resultados, ainda que parciais, posto tratar-se de pesquisa em desenvolvimento, evidenciam e apontam o desconhecimento por parte da comunidade escolar sobre o processo de elaboração do orçamento público e, mais especificamente, sobre a alocação



dos recursos à EJA na unidade escolar. Sinalizam, ainda, que a participação, quando ocorre, é meramente formal, limitando-se à aprovação de decisões já tomadas pela gestão. As vozes dos sujeitos revelam um sentimento de exclusão e a falta de canais efetivos para o diálogo e a participação. A análise dos dados aponta, também, para a necessidade de se romper com a cultura da gestão centralizadora que inviabiliza a construção de uma escola verdadeiramente democrática. A participação da comunidade na elaboração do orçamento não é apenas uma questão de transparência, mas um ato pedagógico que fortalece o sentimento de pertencimento e a responsabilidade coletiva pela qualidade da educação. Com lastro nesses resultados a pesquisa contempla a proposta de ações de formação, materializada no e-book, buscando oferecer ferramentas para que a comunidade escolar possa se apropriar do debate orçamentário e exercer seu direito à participação. Acredita-se que, ao compreender o funcionamento do orçamento público e a importância de sua participação, a comunidade escolar poderá se tornar um agente ativo na transformação da realidade educacional.

Em conclusão, identifica-se, ainda, com base nos dados, a caracterização da indissociabilidade entre gestão democrática, participação social e qualidade da educação. A efetivação do direito à educação na EJA passa, necessariamente, pelo fortalecimento da participação da comunidade no processo de tomada de decisão na elaboração do orçamento escolar. É preciso criar espaços de diálogo, formação e deliberação que permitam à comunidade escolar exercer seu papel de protagonista na construção de uma escola pública, gratuita e de qualidade para todos.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos; Orçamento Participativo; Gestão Democrática; Políticas Educacionais.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Políticas de educação de jovens e adultos. In: GOMES, N. L. (Org.). Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

BALESTERO, M. C. O orçamento participativo. 2. ed. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <[chromeextension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)>. Acesso em: 20 fev. 2024.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96. Brasília: MEC, 1996.

FREIRE, P. Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GOMES, A. L. et al. Orçamento Participativo Criança: exercendo a cidadania desde a infância. São Paulo: Cortez, 2004.

LÜCK, H. A gestão participativa na escola. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.



# ALFAEJA

IX Encontro Internacional de  
Alfabetização e Educação  
de Jovens e Adultos

**EJA, Patrimônio e Saberes Locais**



OLIVEIRA, O. Orçamento participativo: o que é, como se faz. São Paulo: Editora 34, 2004.